

Produção e circulação do conhecimento entre cientistas e gestores públicos

Maria José Carneiro¹
Daniel Delatin²
Laila Sandroni³

Resumo: O presente artigo discute a maneira como a ciência colabora com a política pública a partir da ótica de pesquisadores acadêmicos que mantém relações de consultoria a organismos governamentais. Três questões orientaram nossa análise: como os cientistas pensam e avaliam essa relação; como os cientistas percebem o seu lugar nessa relação e, como se dá a circulação do conhecimento entre esses dois campos. Trata-se de uma reflexão sobre os limites e possibilidades das contribuições do conhecimento científico na formulação de políticas públicas no contexto brasileiro, mais particularmente, no Ministério de Desenvolvimento Agrário. Estaremos atentos para a possibilidade dessa relação engendrar ressignificações sobre as práticas comuns a cada um desses campos. A base empírica é constituída por entrevistas com pesquisadores ligados a instituições acadêmica brasileiras e que têm experiência em consultoria a órgãos governamentais. Faremos uso do conceito de *translação*, elaborado por Bruno Latour, como também da noção de *co-produção*, de Sheila Jasanoff sobre a prelação recíproca entre ciência, políticas públicas e cultura. Recorreremos também à noção de *representação*, trabalhada por Isabelle Stengers que pode ajudar a entender o recurso à ciência como uma estratégia de legitimação de decisões políticas em um mundo dominado pela crença na “verdade científica”. Verificou-se uma tensão entre pesquisa e formulação de políticas públicas que pode ser atribuída às diferenças entre as epistemologias científica e política. Entende-se que essa tensão possa ser “resolvida” de diversas maneiras e não necessariamente por mecanismos institucionalizados, como pressupõe outras abordagens. A apropriação do conhecimento científico, ocorre um movimento de circulação onde vemos multiplicar os elos pelos quais passam tanto o conhecimento produzido como a demanda pela produção de conhecimento.

Palavras-chave: Ciência; política pública; tradução; translação; circulação; coprodução.

Introdução

Tem sido preocupação da política recente de desenvolvimento científico e tecnológico do governo brasileiro estreitar a interação entre cientistas e empresas de maneira a incrementar a transferência do conhecimento visando a inovação e o

¹ Antropóloga, professora do CPDA/UFRRJ; bolsista de produtividade do CNPq. Coordenadora do CINAIS (Grupo de Pesquisa em Ciência, Natureza, Informação e Saberes)

² Cientista Social, doutorando do CPDA/UFRRJ. Membro do Grupo de Pesquisa CINAIS

³ Cientista Social, doutoranda do CPDA/UFRRJ. Membro do Grupo de Pesquisa CINAI

suprimento de algumas necessidades de desenvolvimento do país. Contudo, pouca iniciativa tem sido observada no que se refere à facilitação do acesso ao conhecimento científico por parte dos gestores públicos no processo de formulação e implementação de políticas públicas. O presente artigo oferece uma contribuição para se pensar essa interação com base em pesquisa realizada com pesquisadores, técnicos e gestores de dois Ministérios: o do Desenvolvimento Agrário e o do Meio Ambiente.⁴ Da necessidade de se delimitar um universo de observação, procedeu-se a escolha desses ministérios orientada pelo interesse da linha de pesquisa nos temas relativos à interface entre agricultura familiar e conservação da biodiversidade. Contudo, não é nossa preocupação, no momento, discutir a especificidade desse campo temático na conformação de redes de consultorias e de pesquisa e no modo de realizar a relação entre ciência e política.

No contexto dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, a presente reflexão visa aprofundar o conhecimento do papel da ciência na formulação de políticas políticas a partir do olhar dos pesquisadores (seis): dois economistas, dois sociólogos e dois biólogos. Recorrendo à noção de tradução (Latour, 2000), buscamos entender a maneira como se dá o encontro entre duas epistemologias distintas no processo de construção de um conhecimento convergente de dois grupos de atores (cientistas e gestores públicos). Desta maneira, e fazendo uso da noção de coprodução (Jasanoff, 2004) evitamos a ruptura entre dois campos apartados, de um lado, a ciência, movida por princípios da racionalidade e da objetividade e, de outro, a política como um universo dominado por valores e da ideologia.

Para desenvolver nosso objetivo elaboramos três questões que orientaram nossa análise: como os cientistas pensam e avaliam o assessoramento a gestores públicos; como os cientistas percebem o seu lugar nessa relação e; como se dá a circulação do conhecimento entre esses dois campos.

No Brasil, a institucionalização de procedimentos para o recurso ao conhecimento científico pelos gestores públicos é bastante insipiente, com exceção de

⁴ O Projeto de pesquisa intitulado *A comunicação entre ciência e políticas públicas: o uso da metodologia baseada em evidências na interface biodiversidade-agricultura familiar*, coordenado pela Profa. Dra. Maria José Teixeira Carneiro, contou com financiamento do CNPq, com duração de 2 anos (2012-2014), foi executado no quadro do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.

algumas iniciativas isoladas de alguns ministérios bastante heterogêneas.⁵ Observa-se que, de modo geral, não há uma preocupação sistemática em sustentar ou informar a formulação de políticas políticas em conhecimentos validados cientificamente. O que não quer dizer que não se recorra a esse tipo de conhecimento, o que é feito de diferentes maneiras e sem obedecer a protocolos ou procedimentos pré-definidos, com acontece em outros países, principalmente os de cultura anglo saxônica (Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, são alguns exemplos). Observa-se também uma tendência à mobilização de conhecimento ou de especialistas, após a política ter sido formulada e implementada, ou seja, na avaliação visando o aprimoramento.

Merece particular destaque o Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que mantém relação estreita com instituições acadêmicas e pesquisadores que trabalham com temas de interesse do Ministério e com movimentos sociais rurais. Sua missão é “contribuir para a **avaliação, monitoramento e aperfeiçoamento** das políticas de desenvolvimento rural, promovendo estudos e pesquisa” sobre temas rurais.⁶ Mas, se esta instituição é bem conhecida dos especialistas e dos movimentos sociais rurais, internamente, ou ao menos entre os nossos entrevistados, ela não é tida como uma subsidiária às necessidades dos gestores em sua prática cotidiana.

O presente artigo está dividido em 3 partes, além da introdução e as considerações finais. Na primeira esclarecemos a perspectiva teórica que informou nossa análise; a segunda trata da percepção dos pesquisadores sobre a relação entre ciência e políticas públicas e o lugar em que se inserem nessa relação; a terceira desenvolve sobre as formas e mecanismos de circulação do conhecimento nesse contexto.

1. O lugar da ciência nas políticas públicas

A literatura internacional é rica em apontar abordagens acerca da relação entre conhecimento científico e políticas públicas. A perspectiva mais recorrente é a mais

⁵ Destaca-se a experiência do Ministério da Saúde que que abriga em seu site um portal de acesso a periódicos identificado como “Saúde Baseada em Evidências” (<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/periodicos>)

⁶ <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/nead/apresentacao>

pragmática: aquela que apresenta uma caixa de ferramentas para facilitar o recurso ao conhecimento científico por gestores (Laurent, 2009; Sutherland et al., 2004, Pullin et al., 2009). Amplamente implementada pelos governos de países anglo-saxões, a *Evidence-Based Policy* (EBP)⁷ se baseia em uma determinada concepção de ciência atrelada à ideia de um 'conhecimento objetivo' que se distinguiria de outras formas de conhecimento tidas como impregnadas de valores e, portanto, “menos eficazes”. Além disso, subjaz a esta perspectiva, inclusive em outras vertentes menos tecnocratas, uma percepção de política e de ciência como campos intrinsecamente separados, o que justificaria a busca por instrumentos capazes de construir uma ponte para superar o abismo que os separa. Parte-se do princípio de que ao conhecimento científico cabe preencher as lacunas de conhecimento inerentes à formulação de políticas públicas. Assim, quanto mais bem informada a política e quanto mais amplo for o seu leque de opções oferecidas pela racionalidade científica, maior é a possibilidade de formulação de políticas mais eficazes.

Em outra direção, ganha força e vigor em todo o mundo um conjunto heterogêneo de pesquisas sobre o papel da ciência na sociedade que se convencionou chamar de *Science and Technology Studies* (S&TSS) ou Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia. Fortemente fundamentadas na Teoria Ator-Rede (TAR), mas não exclusivamente, recorre-se à noção de rede imbricada à noção de atores para operar um processo de reformulação da teoria sociológica capaz de quebrar algumas das dicotomias presentes na sociologia clássica, tais como, natureza e sociedade, causa e efeito, ator e ação, seguindo as formulações de Michel Callon, Bruno Latour e John Lau, entre outros.

Adotando uma perspectiva radicalmente relacional, a TAR parte da análise do constituinte e não da ordem instituída, voltando a atenção para os processos plurais e incompletos através dos quais o social se organiza. Trata-se, nas palavras de Law (1994), de olhar para as formas de ordenamento ao invés das ordens sociais estabelecidas, operando uma sociologia de verbos no lugar de uma sociologia de nomes. Assim, não caberia perceber ciência e política como campos (ou ordens sociais) autocontidas mas como formas de ordenamento construídas por meio de um processo

⁷ Cf. Sutherland et al. (2004); Pullin et al. (2009); Laurent et al. (2009), entre outros.

constante de mistura e separação, de conjunção e distinção. Na mesma direção, a noção de rede (Latour, 2005) permite que olhemos para o social em seu processo de constante reagregação e não como um conjunto de unidades preestabelecidas. O reconhecimento da constante mutação dos atores nas redes bem como as traduções que as permeiam são elementos fundamentais para a compreensão da posição e das agências dos atores nesta rede. A rede, que no caso coloca em relação cientistas e gestores públicos, transforma os atores que, por sua vez, modificam a própria rede (LATOURE, 2000). Assim sendo, não podemos empreender uma análise completa dessa relação nos detendo unicamente em um de seus componentes. Desse modo, apesar de estabelecermos aqui um recorte analítico privilegiando a perspectiva dos cientistas, tentamos, respeitando os limites desse artigo, contextualizá-la na relação com os gestores e com outros atores que integram essa rede como outros pesquisadores e outros setores da sociedade como os movimentos sociais, por exemplo. Assim, procuramos tratar as diferentes percepções de ciência presentes nos discursos dos pesquisadores entrevistados de maneira relacional, evitando divisões definitivas e estanques entre os grupos de entrevistados, e entendendo como as clivagens são operadas pelo próprio contexto e pelos atores que inclusive expressam discursos bastante consoantes em diversos momentos. O agenciamento dos atores é entendido, assim, como elemento inextrincável das relações que estabelecem em rede no contexto de formulação de políticas públicas sobre agricultura familiar na sua interface com a conservação da biodiversidade.

O esforço de compreender os processos de tradução (Latour, 2000) entre ciência e política pública – objetivo deste artigo – depende diretamente da maneira como compreendemos a relação entre ciência e política. Neste sentido, conforme dito anteriormente, procuramos nos afastar de uma concepção dualista, em que de um lado estaria a ciência como um campo de conhecimento objetivo, empiricamente validado, e de outro a política como espaço dos valores e da ideologia. Para ultrapassar esta perspectiva cujo maniqueísmo teórico esbarra em dificuldades práticas de análise, lançamos mão de um diálogo com o 'idioma da coprodução' (JASANOFF, 2004). Apesar de bastante explorado na Europa, Estados Unidos e África, este fecundo horizonte teórico ainda é pouco trabalhado no Brasil e América Latina, constituindo um campo aberto para experimentos e reflexões.

O referido idioma da co-produção sugere que as formas de fazer política de um determinado contexto sócio-histórico estão intimamente ligadas às formas de ordenamento preponderantemente legítimas naquele momento, legitimidade que enraíza-se no ambiente cultural deste mesmo contexto (JASANOFF, 2004). Como nos lembra EZHARI (2004), a formação e consolidação das democracias modernas só foram possíveis a partir da relação das transformações políticas com o discurso científico. Este processo gerou um forte impacto na forma de se fazer política dos Estados modernos, cuja reorganização através do discurso científico criou algumas das características centrais das democracias contemporâneas tais como: o crescente emprego de um vocabulário técnico instrumental no campo do discurso político; o uso da metáfora da máquina para falar sobre as formas de ação do Estado; a incorporação das ideias de confiança e transparência das políticas de Estado; a fé na possibilidade de discussão racional dos pontos de discordância no sentido da geração de consenso entre os cidadãos, etc. Nesses termos, a forma de pensar da ciência está presente em diversas das formas de atuação do Estado na contemporaneidade, e sua articulação se encontra na base dos estados democráticos de direito.

A interferência da ciência na política, e especificamente, na formulação de políticas públicas está, portanto, não somente na contribuição das informações científicas ou na opinião de especialistas externos à máquina estatal, mas na própria base da forma de pensar da política. A democracia moderna está baseada (dependendo do país, em maior ou menor grau) em uma cultura de valorização da racionalidade científica e do pensamento objetivamente produzido (JASANOFF, 2004). Ciência e as formas de fazer política dos estados contemporâneos são coproduzidos e se influenciam mutuamente como diferentes modos de ordenamento que se retroalimentam (LAW, 1994). Determinados modos de operação da gestão pública estão profundamente imbricados a formas de pensar próprias à prática científica como a transparência dos concursos públicos, a organização burocrática e a necessidade da excelência técnica da mesma forma que determinadas concepções e orientações da pesquisa acadêmica. Por outro lado, determinadas questões que as alimentam são fruto de um modo de conceber a política e a ciência, ou melhor dizendo, de um modo de conceber politicamente a ciência. Todos esses processos se enraízam em uma determinada cultura que valoriza a racionalidade, a objetividade e a autonomia como valores centrais.

Assim como a política, a ciência não se produz no vazio, a partir de uma realidade objetiva a ser descoberta pelo pesquisador. Ela constitui e é constituída por determinadas formas de ordenamento da realidade ancoradas em uma determinada cultura. O conhecimento em geral e o conhecimento científico em particular, em suas diversas materializações são ao mesmo tempo produtos do trabalho social, e elementos constitutivos da vida em sociedade. É através da organização do mundo calcada no conhecimento científico que a racionalidade gestada na modernidade e reorganizada na contemporaneidade define e mantém noções como 'cidadania', 'pertencimento à pátria', 'grupos de interesse', 'público' e 'privado', entre possibilidades de liberdade e necessidades de controle. A ciência e a tecnologia são, portanto, agentes políticos imbricados a uma determinada cultura (JASANOFF, 2004). Se ciência e política não são tão separadas quanto se pensa, podemos afirmar que o abismo que supostamente as separa possui também um caráter socialmente construído. Entretanto, apesar de ciência e política estarem inextricavelmente relacionados, não é correto dizer que são a mesma coisa. Reconhecer o processo de coprodução, o que implica aceitar a interferência de aspectos sociais, econômicos e culturais em ambos os campos, não quer dizer que eles não se diferenciem, ou que operem da mesma maneira. Se tomamos o conceito de coprodução da ciência e política como chave para a análise das relações entre elas, reconhecemos que, enquanto formas de ordenamento distintas e percebidas pelos atores e redes enquanto tais, elas são dotadas de diferenças materiais. Há um jogo constante entre a coprodução e a reificação da diferença entre os modos de ordenamento que se expressa também nas narrativas dos atores.

2. Ciência e política pública segundo os pesquisadores

Partindo de uma concepção não naturalizada da existência de um abismo que separa ciência e política pública, a relação entre elas foi questionada neste trabalho através das percepções dos cientistas sobre as suas dificuldades e potencialidades, a partir da posição que ocupam na rede de circulação do conhecimento. Os entrevistados (seis) têm atuação reconhecida na área, participam ativamente de consultorias e pesquisas que visam subsidiar os gestores na formulação das políticas públicas, sendo que, em alguns casos (dois), chegaram a ocupar também a posição de gestor público.

Nosso propósito aqui foi apreender a maneira como a relação entre cientistas e (gestores) é pensada, justificada e construída (espaços e instituições), considerando suas práticas profissionais e as interlocuções com gestores.

Este tópico tem como objetivo, portanto, identificar aquilo que para estes cientistas mostra-se relevante na circulação do conhecimento científico e na demanda por pesquisas não apenas pelos gestores, mas também por outros atores sociais (como movimentos sociais, ONGs), para discutir os limites e possibilidades da relação entre ciência e política pública.

Em um contexto dominado pelo ideal da autonomia e de algum grau de neutralidade ou de distanciamento, a necessidade da delimitação de um lugar que diferencie pesquisador e pesquisado é uma constante. Entre os cientistas entrevistados essa preocupação se expressa em diferentes justificativas quanto ao vínculo de suas trajetórias profissionais e as demandas sociais e políticas (incluindo aí a relação com o Estado) na construção de suas agendas de pesquisa. Em alguns casos, demandas políticas expressas por diferentes sectores da sociedade e do estado transformaram-se em motivações de pesquisa, diluindo as fronteiras da academia (num processo que pode ser qualificado como “militância” ou “participação política”). Isso não significa que tais pesquisadores tenham se dedicado exclusivamente a esse tipo de interlocução. Ao contrário, são profissionais de grande envolvimento acadêmico, membros de Programa de Pós-Graduação e com numerosa produção científica. Essas trajetórias são marcadas por escolhas de temas de pesquisas e maneiras específicas de trabalhá-las, havendo no caso aqui estudado, um reconhecimento (acadêmico e político) consolidado da expertise desses pesquisadores. Contudo, contrariando a posição de alguns autores, como Hoopes (2005) que reconhece que caberia aos cientistas também propor políticas, os nossos pesquisadores são unânimes em reafirmar a distinção do papel de cada um de maneira que a dimensão mais propositiva, ou normativa, fique sob a responsabilidade dos gestores que podem recorrer, ou não, ao conhecimento produzido. Nesses termos não se pode afirmar previamente se os resultados das pesquisas serão utilizados pelos gestores.

Reconhece-se que os resultados das pesquisas passam por um ‘filtro’ (mediações políticas) antes que sejam utilizados, o que obriga pesquisadores e gestores a realizarem esforços para facilitar essa comunicação. Nesse caso, cabe também considerar a interferência de outros saberes, como o conhecimento tácito dos gestores e os

conhecimentos locais, nessa tradução. Essas mediações ocorrem de diversas maneiras, nem sempre de forma direta e explícita, e com dificuldades que são atribuídas à incompatibilidade de ritmos e rotinas próprios às distintas práticas (do cientista e do gestor) e suas respectivas finalidades. O reconhecimento desta distinção material das formas de operação da academia e do Estado é generalizado tanto entre gestores quanto cientistas. Da parte dos gestores, justifica-se o não recurso ao conhecimento científico existente sobre uma determinada matéria devido à dificuldade de adaptá-lo às necessidades de uma questão específica da política pública. São tidos como indicio da existência desses filtros: o destino dado à pesquisa, seu uso ou descarte na formulação das políticas públicas e mesmo, a divulgação ou não de uma pesquisa encomendada. A noção de filtro aponta para a flexibilidade inerente ao modo como os gestores se apropriam do conhecimento científico, o que não se realiza de forma direta ou sem transformação por parte dos gestores e, mesmo por parte dos pesquisadores que também são levados a adaptar sua questão, formulada com base em uma determinada epistemologia (a científica), às necessidades/questões demandadas pela política pública, o que resultaria no que Hoppe denomina de *boundary work* ao descrever as transformações necessárias à coordenação das ações dos diferentes atores. Segundo o autor, “boundary work defines proper ways for interaction between these practices and makes such interaction possible and conceivable (coordination). The simultaneous practices of demarcation and coordination together form boundary arrangements. They are systematized versions of how actors conceive of the division of labour between science and politics, conceptions or discourses that can be mobilized in boundary work (in more or less consistent ways) (Hoppe, 2005: 207).

Como observamos acima, se não podemos dizer que a relação entre pesquisas científicas e políticas públicas são marcadas por uma diferença inconciliável, como esferas autônomas, também não podemos dizer que elas são a mesma coisa, reduzindo, portanto, uma a outra e com isso negando as suas especificidades. É a partir do exercício dessas mediações que os pesquisadores vão discutir os vínculos, os limites e as expectativas dos atores que são parte dessa relação. Tais diferenças exigem um esforço de tradução para que haja um mínimo de inteligibilidade capaz de promover a apropriação e o uso das pesquisas em políticas públicas específicas. Na visão de um economista entrevistado, “O pessoal que está no governo que deve executar o

orçamento, preencher formulários” teria disposição a maior aproximação, mas “a lógica de trabalho do *policy makers* impede isso”. As “perspectivas diferentes” postas em relação obriga o uso de conceitos e “categorias que não são aqueles manuseados pelo gestor [tendo que] haver aí um esforço de tradução. Este elementos não são incontornáveis, mas demanda uma preocupação”. Há uma autocrítica feita pelos entrevistados quanto a co-responsabilidade dos cientistas em relação a esta dificuldades, na medida em que segundo eles, a prática dos acadêmicos levaria ao fechamento do acesso e dificultaria a circulação, entre os gestores, das pesquisas e referências produzidas por esses pesquisadores.

Apesar de reconhecerem as diferenças existentes entre eles, os pesquisadores entrevistados as encaram como “diferenças administráveis”, ou de “divergência contida”. É óbvio para eles que ambos os lados devam levar em consideração aquilo que marca suas práticas e respeitá-lo. Tais diferenças são sintetizadas na percepção sobre os tempos de cada um: o necessário para a realização das pesquisas e o tempo da rotina do gestor. Para os pesquisadores, a diferença entre os tempos dificulta o cruzamento das perspectivas em decorrência das dinâmicas de cada lado (tempo da pesquisa e tempo da política pública) e das expectativas sobre os resultados (soluções). Contudo, se para os gestores esse descompasso é expresso como uma “falta de tempo” para se dedicar à busca e leitura de material validado cientificamente para embasar o processo de formulação de políticas, para alguns pesquisadores, o que existe é uma diferença de cultura. Não se pode esperar do gestor que ele se informe e amplie o seu conhecimento com os mesmos instrumentos da ciência, por meio de artigos científicos como estabelece a EBP e como colocam em prática alguns governos e organismos internacionais.

Mas, por outro lado, no caso de pesquisas encomendadas pelo sector público, é necessário harmonizar esse *timing*, o que constitui um grande desafio com consequências sobre isso o resultado esperado (pelo gestor) e o resultado alcançado (pelo pesquisador). Enquanto o gestor necessita de respostas rápidas, definitivas e seguras, o cientista tende a oferecer respostas parciais ou incertas, num tempo longo. Aqui se encontram dois problemas práticos de difícil solução: como desenvolver uma pesquisa criteriosa dentro dos limites de tempo exigido pela gestão pública e como traduzir o resultado da pesquisa de maneira a torná-lo inteligível e adaptado às

necessidades da política pública. Essas diferenças se materializam na dificuldade de circulação entre as “classificações, rubricas e procedimentos” que, para o pesquisador, pode impedir ou inviabilizar o acesso ao mundo do gestor e suas formas de inteligibilidade, uma epistemologia própria que é parte do dia a dia da gestão pública e que permite ao gestor codificar ações e objetivos. Parte dessa incompreensão recíproca passa pela existência de sistemas de classificação, ou modos de ordenamento do mundo, distintos.

Há de se levar em conta também a dificuldade que passa pela necessidade de adequação dos resultados esperados. Nem sempre o pesquisador consegue responder a questão colocada pelos gestores na direção que eles previam: “Há uma dificuldade enorme nesta relação; temporalidades distintas, questão do ‘produto’ (resultado da pesquisa), seu destino; muitas vezes há situações de mudança no ‘produto’ devido a resultados considerados ‘inadequados’”. Em alguns casos, quando há um acompanhamento do andamento da pesquisa por parte dos gestores, a questão que, às vezes, não estava muito clara para o pesquisador ou mesmo nem para o próprio gestor, é reformulada durante o processo de pesquisa o que revela uma relação de aprendizado e de transformação de ambas as partes. Acontece, nesses casos, de essas trocas se revelarem mais importantes para os gestores que o resultado final da pesquisa. É nesses momentos de interlocução intelectual que muitos gestores se beneficiam do conhecimento acadêmico, encontrando aí respostas para suas inquietações, ficando o “produto” final em segundo plano ou mesmo esquecido em meio a tantos outros relatórios sem leitura.

O tempo, portanto, não está vinculado somente a uma diferença entre as práticas (acadêmica e de gestão), mas também ao modo de funcionamento de cada uma delas, isto é, às redes que conformam e delimitam o universo em que ocorrerão as trocas, as alianças e a adequação dos objetivos próprios a cada prática. Essas redes não podem ser reduzidas uma à outra porque o agregado que elas mobilizam não é sempre o mesmo: há especificidade das alianças, assim como há especificidade dos tipos de registros, rotinas e materialidades. Além disso, as redes que pesquisadores e gestores mobilizam não são sempre as mesmas – ainda que possam haver atores que integram diferentes redes ao mesmo tempo.

Os pesquisadores integram redes que podem ir além de suas instituições, que incluem e excluem outros pesquisadores ou outros atores, como ONGS e movimentos sociais, em alianças renovadas ou refeitas a cada esforço de atender as demandas dos gestores públicos que, por sua vez, integram outras redes de gestores e de pesquisadores. Desenvolver sobre os critérios de conformação dessas redes não foi objeto da presente pesquisa, mas pelo que pudemos observar, somos levados a supor que as escolhas se orientam por relações pessoais ou de conhecimento anterior ao trabalho de consultoria. Essas relações não são mobilizadas, necessariamente, por uma rede de don e contra-don, no sentido maussiano, mas podem ser construídas levando-se em conta um sentimento de confiança e de proximidade resultantes de um convívio acadêmico anterior (relação orientador/professor-aluno, por exemplo) ou de outras formas de conhecimento pessoal. Essa confiança é renovada a cada projeto, o que atribui uma certa inércia na conformação dessas redes que integram pesquisadores e gestores públicos. Uma hipótese explicativa para a seleção de determinados grupos de pesquisadores como interlocutores privilegiados dos gestores é de que quanto maior for a capacidade do coordenador dos projetos de ampliar sua rede de maneira a integrar pesquisadores de instituições acadêmicas diversas, maior será sua capacidade de renovar consultorias no âmbito da gestão de políticas públicas. Tal amplitude pode ser entendida como sendo, em si, um elemento de poder (Foucault) tanto para o pesquisador como para o gestor, o que aumentaria a potencial inercial dessa relação. Como lembra Jasanoff, para Latour “o poder e a estabilidade do ator-rede depende de seu tamanho”; depende-se muito mais recursos para conformar uma ampla rede em torno de questões de grande interesse, como a do buraco de ozônio, por exemplo, do que demanda a conformação de uma rede em torno de uma teoria científica desacreditada ou de um problema de menor interesse para a sociedade. “Consequentemente, depende-se mais recursos para desestabilizar uma ampla rede do que uma menor” (LATOUR citado por JASANOFF, 2006: 23).

A partir dos apontamentos acima, nos parece possível sugerir que a forma como os resultados das pesquisas circularão irá depender de como são produzidas essas pesquisas, ou seja, dos solos de positividade epistemológica em que se embasam (Jasanoff, 2004; Hoope, 2005).

3. Circulação, translação e tradução do conhecimento

Pensar a produção e circulação das pesquisas científicas exige de nós um esforço teórico que nos permita entender essas práticas a partir das relações que elas instituem com outros atores. Em contraposição à visão difusionista de ciência, Latour propõe o conceito de translação. Para ele, no difusionismo, que teria dominado o ponto de vista sobre a produção e circulação dos fatos científicos e dos objetos técnicos em nossa sociedade, haveria uma espécie de determinismo técnico e científico em que os fatos e objetos circulariam sem o engajamento de outros atores. Ideias gerariam ideias e assim seriam reproduzidas pelos pesquisadores que trariam, individualmente, o ponto de vista inovador ao restante da sociedade. A formação de novas perspectivas científicas seria parte, portanto, de um esforço onde o que contaria seria a capacidade de ver o que antes estava oculto ao conjunto de atores (Fleck, 1986; Kuhn, 1998). Segundo Latour, no modelo difusionista “a sociedade é simplesmente um meio de diferentes resistências percorridas por ideias e máquinas” (Latour, 2000:224). Já na abordagem latouriana, um fato para existir depende de um processo coletivo de produção em que todos os actantes operariam estabelecendo relações entre os fenômenos e também entre os atores (Latour, 1996; Stengers, 1996). Na ausência de um dentro e de um fora delimitado para a ciência e a sociedade, a noção de translação passa a ser a expressão de uma relação de mediação, de formação de equivalências, de ajustamento entre perspectivas. Não se trata apenas de traduzir interesses e pontos de vistas, mas de atá-los a um conjunto de elementos e dispositivos materiais, discursivos etc. As diferenças entre os modelos de difusão e translação implicam em dois modos distintos de considerar a relação entre ciência, tecnologia e sociedade. No primeiro, existiria uma exterioridade entre eles, rompida através da inserção criativa dos cientistas e das inovações promovidas; no segundo existiria translações entre atores (humanos e não-humanos) negociações e ajustamentos.

Ao privar a ciência e os cientistas do ponto de apoio transcendental de uma razão que poderia pôr fim aos conflitos de perspectivas, a noção de translação aponta para a contextualização do próprio conhecimento científico na medida em que ele é conformado e delimitado por suas redes ou associações que mobiliza: as diferenças entre a difusão e translação referem-se não apenas ao que se considera como fundamento da atividade científica, mas em como se põe em relação (ou circulação) os atores (humanos e não-humanos) modificando e re-organizando suas associações. Isto

nos parece de grande importância para nossa discussão já que o que está em questão é a própria produção do conhecimento e sua circulação. A necessidade de “tradução” aludida pelo pesquisador acima citado, pode ser pensada, senão nos termos teóricos colocados por Latour, pelo menos na exigência de se *situar* conceitos e instrumentos produzidos na academia e em outras redes existentes, ou seja, de tomar a perspectiva do outro na prática.

Junto à noção de translação, a discussão que Donna Haraway realiza sobre os *saberes localizados* segue – mesmo que por outros meios – um sentido semelhante. Isso porque, mais uma vez, é a posição do conhecimento científico e dos cientistas em relação aos outros atores que é problematizada pela autora. Para Haraway “a ciência sempre teve a ver com a busca de tradução, convertibilidade, mobilidade de significados” e universalidade que é imposta como o parâmetro para todas as traduções e conversões (1995, p.16). Como alternativa para análise e produção de outras práticas científicas, a autora insiste na necessidade da particularidade e corporificação de qualquer visão. Ao invés de uma razão universal que geraria a subordinação e avaliação de outras experiências a partir de uma posição dominante, ela propõe a corporificação específica e particular. Assim para Haraway apenas a “perspectiva parcial promete a visão objetiva” (1995, p.21). No contexto de nossa pesquisa (relação entre pesquisadores e gestores) é o reconhecimento recíproco dessas diferenças que poderiam facilitar a coprodução de perspectivas através do reconhecimento de instâncias diferenciais de produção das práticas dos respectivos atores.

Mecanismos de circulação e apropriação do conhecimento

A formulação de política pública pode prescindir do conhecimento científico como via direta de sustentação e legitimação, como revelou nossa pesquisa. Alternativamente, ela pode exigir uma aliança a partir do convencimento e adequação entre diferentes perspectivas, o que normalmente ocorre em espaços especializados (“fóruns”) onde os conhecimentos circulam e são produzidos. Como bem sintetiza um dos nossos entrevistados seguindo a abordagem cognitiva das políticas públicas: esses *fóruns* seriam “produtores de ideias que vão alimentar os *fóruns* políticos onde elas (as políticas) são decididas. Esses *fóruns* se alimentam da produção científica, seja através

do conhecimento gerado fora das suas estruturas ou, em boa parte dos casos, gerado dentro das estruturas” (pesquisador em políticas públicas e consultor de organismos governamentais).

Alem disso, é importante registrar que os conhecimentos gerados por demanda direta não ficam restritos à circulação restrita entre pesquisadores e gestores; a possibilidade de apropriação das informações por outros atores sociais é parte de circulação/translação mais ampla do conhecimento seja no meio acadêmico (em congressos acadêmicos, por exemplo) seja em outros setores governamentais (nos seminários e oficinas organizados pelos ministérios). Contudo, há casos (não raros) em que o conhecimento e outras informações produzidas por demanda governamental são impedidos de serem publicados ou divulgados quando não são simplesmente esquecidos em gavetas ou estantes dos gestores. Essa apropriação “privada” do conhecimento produzido com verbas públicas é alvo de questionamento até mesmo dos próprios pesquisadores que são impedidos de citar ou utilizar dados e informações produzidos por eles ou por outros. A circulação do conhecimento, ao menos no caso estudado, enfrenta um limite que está fora do controle dos seus próprios produtores e até mesmo dos gestores, o que sugere outra questão que não foi objeto de nossa pesquisa: que uso é feito do conhecimento produzido sob demanda pelas estruturas governamentais? Se imaginarmos que nem todo o conhecimento produzido nessas circunstâncias resulta no aprimoramento ou na formulação de políticas, o que explicaria a mobilização de recursos públicos para cobrir despesas com a realização de pesquisas?

Apesar de não termos aprofundado essas questões, algumas observações dos pesquisadores entrevistados nos indicam duas hipóteses explicativas a serem desenvolvidas em outra oportunidade. Primeiramente, considerando que na sociedade contemporânea a ciência é tida como uma fonte de justificativa e de legitimidade, podemos supor que relações com equipes de pesquisadores reconhecidos que resultam na produção de relatórios “validados empiricamente” compõem o conjunto de instrumentos de sustentação política de determinados grupos dentro da estrutura governamental. Stengers (2009) argumenta que vivemos numa fase do “capitalismo cognitivo” onde são os “trabalhadores do ‘imaterial’ que manipulam saberes abstratos em cooperação uns com os outros, que se tornaram a verdadeira fonte de produção de riqueza. Transpondo essa percepção para o tema de nossa discussão, encontramos aí mais um subsídio para reforçar a idéia de que o conhecimento oferece outros benefícios

alem do de informar e melhor compreender a realidade. Como uma fonte de riqueza, ele é também um bem de disputa e capitalização políticas. Solicitar estudos e pesquisas a especialistas, estabelecer vínculos com instituições acadêmicas e relações pessoais com pesquisadores, podem ser entendidos também como capitais políticos dentro de disputas internas e externas ao universo da gestão pública. Talvez esteja aí uma luz para entendermos porque tantos estudos contratados não são lidos nem mesmo pelos gestores que os contrataram e nem divulgados para outros setores. Além disso, sabemos que a disputa por recursos orçamentários faz parte da dinâmica de poder interna dos organismos governamentais o que nos leva a supor que a contratação de pesquisas seja um elemento de expressão de poder ao demonstrar, indiretamente, a capacidade de mobilização de recursos do gestor.

Para além dos outros elementos em jogo, há um longo percurso de traduções pelo qual deve passar o conhecimento científico que de fato é utilizado nas políticas. Da elaboração de uma demanda à finalização e entrega de uma pesquisa ocorre um processo de negociação e adequação a respeito das expectativas e do produto final esperado. Outras negociações ocorrem na disputa sobre o destino a ser dado a estas pesquisas pelo órgão demandante. A utilização ou não dos resultados dos estudos não depende apenas da capacidade dos pesquisadores em responder às demandas ou dos gestores em aceitar os resultados da pesquisa, como supõe a metodologia da EBP que propõe uma racionalização (científica) das políticas públicas visando aumentar a sua eficácia. Nesse sentido, observa uma socióloga entrevistada, “não se trata tão somente de multiplicar e tornar mais ágeis os canais de comunicação, mas sim de considerar as mediações e viabilidades de circulação dos conhecimentos”. Não se trata apenas de construir pontes entre ciência e política pública para superar o abismo entre elas, mas de reconhecer as formas como esse “abismo” foi construído socialmente para ao entendermos o que se espera de um e de outro, poder identificar os ruídos dessa comunicação. Contudo, a troca de conhecimento entre pesquisadores e gestores pode ocorrer desde o processo de elaboração das questões de pesquisa, como observou uma socióloga entrevistada. Os encontros para afinar o entendimento sobre o que se quer da pesquisa promovem uma troca de ideias e a construção de um campo de convergência tanto sobre a demanda como sobre a oferta de um ‘produto’. O encontro pessoal pode produzir *uma relação* entre os atores, definindo através dela investimentos e produtos. Esta perspectiva encontra eco na fala dos gestores que reiteram recorrentemente a

importância das relações pessoais com os pesquisadores para garantir a elaboração de um conhecimento que lhes seja realmente útil. Por outro lado, quanto mais conhecimento o pesquisador tiver da política, melhores condições terá para formular uma boa questão e de mobilizar a produção do conhecimento para a aplicação na política (Hoppe, 2005).

Mas nem todo encontro entre gestores e pesquisadores produz essa relação, devendo haver certa capacidade do pesquisador que o habilite a atender certas demandas a partir de linhas mais ou menos delimitadas (pelo gestor) para a elaboração de um “produto” adequado ao gestor. Mas a relação acontece também em outro sentido (não oposto ao anterior, mas diferente) que permite através do prestígio acumulado pelo pesquisador apresentar propostas para a produção de certos materiais (seminários, livros e pesquisas) que sejam do interesse do pesquisador, mesmo que não se enquadre diretamente entre as prioridades do gestor. Com base nessa relação pessoal anterior, o pesquisador se sente à vontade para propor determinados temas de pesquisa que podem, de maneira mais ou menos indireta, atender a algum interesse do órgão público (Ministério) ou do gestor, em particular. Mas nossa pesquisa não se debruçou sobre essa questão o suficiente para avançar na compreensão desse processo. No caso específico do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado sob pressão dos movimentos sociais no campo em 2000 dentro de uma disputa política por recursos para os agricultores familiares e os chamados “sem terra”, muitas pesquisas por ele financiadas atendem, de alguma maneira, a interesses de tais movimentos. Em consequência, são acionados pesquisadores ou grupos de pesquisas que já tenham relações (pessoais, políticas ou acadêmicas, ou as três juntas) com tais grupos. Essa rede de relações está relacionada ao cenário político e cultural brasileiro, e de maneira nenhuma poderia ser descrita com acuidade como se fosse uma relação burocrática interinstitucional entre Estado e academia, como prevê a EBP.

Mas, por outro lado, esse mecanismo baseado na relação pessoal e de confiança pode implicar também um risco que é o de desacreditar pesquisadores ou grupos de pesquisa considerados excessivamente comprometidos com determinada linha política de maneira a serem pouco rigorosos em suas pesquisas. Ao priorizar a facilidade de acesso aos gestores em detrimento do reconhecimento junto a seus pares o pesquisador corre o risco de ser reconhecido como ‘pesquisador chapa-branca (ou seja, que apenas

reproduz a posição oficial). O risco, conforme aludido por um entrevistado, e o de certos centros universitários (financiados para pensarem determinados temas) se transformarem “em quase apêndice de uma agência estatal”, desprovido de autonomia para promover uma compreensão crítica dos processos de construção e implementação das políticas públicas. Essa posição pode resultar em uma avaliação negativa por parte dos pares desencadeando uma perda do prestígio acadêmico e ameaça de credibilidade que terão consequências sobre continuidade da própria relação com estado.

A comunicação na circulação do conhecimento

A interlocução dos pesquisadores com os gestores de política pública varia segundo as suas percepções sobre o fazer científico. Há aqueles que consideram que sua atuação profissional se justifica pelo conteúdo político de suas preocupações acadêmicas. Assim, a pesquisa pressupõe um comprometimento com a política pública, ou em termos mais amplos, com uma contribuição mais direta às questões eleitas como de interesse social ou política. O fazer científico pressupõe, nesses casos, um envolvimento com a política, se distinguindo do que entende como “conhecimento descompromissado”. A política, entendida como política governamental, orienta e interfere na definição da questão da pesquisa enquanto a ciência é percebida como a que deve responder ou “servir” à política. Ciência e política, nesse perspectiva, permanecem sendo vistas como entidades separadas cabendo ao pesquisador o papel fundamental de estabelecer a mediação entre elas, restituindo à ciência o seu significado primordial. Destaca-se também a prevalência de uma percepção da "realidade" como objeto da ação política e do conhecimento engajado que poderá, ou não, "virar política pública". Contudo, podemos supor essa mediação em outros termos, como sugere Latour. Os mediadores, diferente dos intermediários que na visão difusionista só transportaria o conhecimento, teriam a capacidade de traduzir, distorcer e modificar (Latour, 2008). Nesse sentido, somos levados a incluir também no papel de mediadores os gestores que interagem diretamente com os pesquisadores. Ambos seriam elos de ligação de uma grande rede que associa ciência e estado. Assim, entendemos que o conhecimento produzido pelos pesquisadores é transformado pela ação dos diferentes atores envolvidos nesse processo de produção e de circulação que inclui também os gestores

como especialistas que dominam tecnicamente a linguagem e os códigos de suas redes específicas e a capacidade de traduzi-los na elaboração de uma linguagem compartilhada por outros especialistas. Se é nesse processo de translação que a produção do conhecimento acontece, não caberia localizar o conhecimento apenas em um ponto dessa relação. Nesses termos, o problema não estaria nos meios de comunicação entre os diferentes grupos de especialistas, mas na circulação de conhecimento, objetivos e perspectivas. Talvez aqui resida um ponto que necessite maior atenção: de que maneira é construída a ligação entre esses elos? Seria o caso de se estabelecer corpos de especialistas dedicados a essa mediação? Onde se situariam tais especialistas, nas universidades (redes de pesquisadores que elaborariam sínteses bibliográficas) ou nas estruturas governamentais (assessores com formação acadêmica voltados para acompanhar a produção acadêmica)? Ou como sugere um entrevistado, “criar mecanismos que permitam aos gestores refletirem melhor sobre sua própria prática e, com isso, melhorar a percepção da realidade (de maneira a) poderem tomar decisões mais qualificadas” (pesquisador, consultor governamental e ex-gestor público).

Essa relação entre ciência e política pública passa também pela capacidade de inserção do pesquisador nos espaços institucionais no qual se produzem as políticas públicas, ao mesmo tempo em que se exige do gestor (disponibilidade) a abertura para esta relação. É o que sugere um entrevistado ao apontar que “a valorização da democracia, debate aberto e participação são a melhor maneira de conduzir as coisas; quanto mais participativa for a gestão pública, é mais provável de você ter necessidade e busca de conhecimento, para que ele ilumine a ação”. Contrapondo-se à ideia da contribuição do conhecimento via os meios acadêmicos (consulta realizada pelos gestores a base de dados acadêmicos, por exemplo) propõe a criação ou fortalecimento dos espaços democráticos de consulta e encaminhamento das soluções como os conselhos de representação da sociedade civil e do estado. Tais fóruns são vistos como mais capazes de ampliar as opções e a possibilidade de confrontação de múltiplas perspectivas que podem ser mais esclarecedoras aos gestores quando são amplamente discutidas.

Já entre os gestores, as observações sobre as possíveis soluções para o estreitamento dessa relação não se referiram ao aprofundamento dos mecanismos democráticos. Talvez porque estejam baseadas em uma percepção de ciência como apartada da sociedade, distanciada da atuação dos movimentos sociais em relação às

políticas públicas. A academia não é vista pelos gestores como mais uma voz da sociedade mas como a voz do conhecimento objetivo perante ideologias crenças e opiniões, e portanto, dotada de capacidades e legitimidades específicas. Nem os gestores ou técnicos se reconhecem como sujeitos no processo de translação, se limitando a aplicar, quando possível (raramente), o que já está pronto.

Diferentes mecanismos colocam em relação ciência e política pública, mesmo que isso não signifique que o conhecimento produzido pela pesquisa transforme-se inteiramente em política pública: consultoria, editais, fóruns e conselhos. Novos estudos sobre a ciência, incluindo a relação entre o conhecimento científico e a percepção dos leigos, sugerem uma reflexão sobre as modalidades de negociação entre ambos assim como dos meios utilizados para que as diferenças entre eles sejam geradoras de novos conhecimentos e de novos arranjos (Latour, 2004; Jasanoff, 2004). Diferente, portanto, de um público que seria apenas receptor passivo de narrativas científicas, podemos acompanhar a formação de grupos de interessados (Pignarre & Stengers, 2005; Stengers, 2005) formados justamente a partir de questões que lhes são pertinentes e que podem mesmo lhes constituir.

Os fóruns – espaços de concertação entre gestores, cientistas e representantes da sociedade civil – são mecanismos acionados com frequência no Brasil, onde as diferenças entre perspectivas transformam-se em posicionamentos políticos (independente em qual direção) alimentados, por sua vez, por conhecimentos não apenas da academia, mas também da sociedade civil e de organismos multilaterais. Mas haveria nuances entre estes mecanismos. A maneira como funcionam supõe certos requisitos, como o conhecimento prévio, a confiança, a força política, que podem funcionar como barreira na seleção dos participantes. No caso dos editais de pesquisa, instrumentos mais universais e impessoais, nem sempre as pesquisas selecionadas por meio de critérios acadêmicos produzem resultados pertinentes na perspectiva governamental. Em termos pragmáticos, a presente pesquisa não registrou a existência de mecanismos institucionalizados por parte dos organismos governamentais que operassem essa relação⁸.

⁸ O mesmo foi observado em pesquisa anterior (Carneiro e Da Silva Rosa, 2011).

Considerações finais

Retomando o objetivo deste artigo, cabe finalizar destacando algumas considerações que, talvez, tenham ficado insuficientemente explicitadas no decorrer do texto. Primeiramente, é importante frisar que ainda que tenhamos partido do pressuposto da importância do papel da ciência na ampliação do leque de opções do gestor no processo de formulação de políticas, seria ingênuo supor uma relação linear entre uma e outra de maneira que a fundamentação científica garanta, por si só, a formulação de políticas mais adequadas ou mais eficientes. Sabemos que a lógica da decisão política obedece a outros fatores que lhes são específicos e ciência é apenas mais um ingrediente das disputas que envolvem a elaboração (e implementação) de políticas. Nesse contexto, entendemos que o recurso ao conhecimento científico, dada a sua força como discurso legitimador na sociedade contemporânea, pode servir mais à necessidade de legitimar uma decisão previamente tomada, do que para ampliar o leque de opções para uma decisão ou como elemento de sustentação da política formulada. Nesse contexto de discussão, cabe voltar a indagar: como implementar uma real aproximação entre ciência e política? Estamos cientes de que apenas parte dos problemas que enfrentamos se relacionam com a eleição de base metodológica capaz de credenciar a produção científica a ser posta à disposição dos elaboradores de políticas públicas.

Ainda assim, seguindo o raciocínio acima, algumas questões permanecem. Se aceitamos que ciência e sociedade (ou política) estão fundidas, qual seria o mecanismo epistemológico que nos permitiria buscar na ciência respostas para a sociedade? Quais seriam os instrumentos de controle possíveis e necessários a defender, cuidando ao mesmo tempo de evitar que sejamos novamente embalados (ludibriados, adormecidos e envolvidos, condicionados) pela supremacia da ciência? Que caminho devemos percorrer para transformar a ciência, produtora de incertezas e incapaz de ressuscitar “evidências” em sentido forte, em algo capaz de orientar as decisões dos gestores públicos? Como contribuir para socializar o conhecimento científico para além das fronteiras da academia, de maneira a torná-lo mais operacional e acessível à sociedade em geral e aos gestores públicos, em particular? Não estaríamos com essa abordagem reafirmando uma dualidade não mais cabível, dada a complexidade e as incertezas que predominam na sociedade contemporânea? Quais os mecanismos necessários para estimular o diálogo entre ciência e política pública na direção da produção de um conhecimento convergente sem, contudo, estabelecer hierarquias, divisões e, ao mesmo tempo, respeitar as especificidades de cada linguagem?

Como tentamos demonstrar, a dificuldade na consolidação de uma relação entre ciência e políticas públicas não estaria, apenas, na linguagem usada por ambos mas, também nas maneiras de perceber a ciência e o seu papel no esclarecimento dos problemas e proposição de soluções.

Contudo, apesar do reconhecimento das dificuldades nessa comunicação, há uma preocupação por parte dos pesquisadores em dar visibilidade e facilitar o acesso ao conhecimento gerado para além da academia, ampliando os espaços de circulação e translação. Mas, abordar a circulação dos resultados das pesquisas como uma injunção que exigiria uma mudança dessas relações na direção de uma otimização/racionalização, nos parece equivocada. Ao entender que os caminhos são mais complexos, tentamos mostrar que não se trata apenas de uma substituição de uma perspectiva por outra, mas sim em como essas perspectivas estão inextricavelmente atadas a certos pressupostos, ações e atores. A relação entre os diferentes atores, no entanto, deveria ser objeto de um esforço consciente de troca de perspectivas; se há novas condições para a produção de conhecimento, este deve ser orientado para objetivos específicos, respeitando as diferenças entre os atores ao mesmo tempo em que se estabelece uma associação entre eles de maneira a construir um conhecimento em conjunto. Perceber os gestores como atores e especialistas nesse processo é o primeiro passo para a construção de uma linguagem comum apesar de toda a dificuldade de transpor o abismo que separa as

práticas e percepções de cada grupo. Além disso é necessário desconstruir esse abismo construído socialmente de maneira a identificar os limites impostos pela ciência e pela política a essa aproximação. Percebemos em nossa pesquisa que ao mesmo tempo em que existe um movimento de colaboração e de superação das distâncias, são colocados em prática tanto pelos discursos como pelas práticas, mecanismos através dos quais ciência e política se reiteram como mundos separados no intuito de reforçar as diferenças aprofundando o abismo. A não comunicação é uma via de mão dupla atrelada à vontade tanto de cientistas quanto de gestores, de corroborar suas diferenças e cristalizar seus discursos, mantendo assim a autolegitimação de suas formas de ordenamento. Na medida em que são coproduzidas, portanto, híbridas, ciência e política operam um constante esforço de purificação e reificação de seu modo de ordenamento em detrimento de outros. A partir dessa operação tanto gestores quanto cientistas recolocam sua autoridade epistemológica e sua autonomia perante esse “outro”.

Finalizando sugerimos que a ciência pode contribuir com o processo de elaboração e implementação de políticas ao emprestar à prática cotidiana da gestão pública a prática da experimentação, contribuindo, assim, para reforçar e instituir o papel do gestor como um especialista com poder de reflexão, proposição e transformação. Quando o Estado passa a agir a partir de pré-noções tomadas como verdades inquestionáveis (“caixas pretas”, na formulação de Latour) ele se cristaliza em um “estado de não-aprendizado” em que, independente da ineficácia das políticas, as verdades e as ações nelas baseadas permanecem imutáveis. Neste sentido a reflexão científica pode ajudar a reconhecer os sucessos e os fracassos das ações a partir da experimentação e do aprendizado com as posturas e políticas previamente adotadas. Desta maneira torna-se possível refletir sobre novos caminhos a serem tomadas em um contexto mais profundamente democrático (LAW; WILLIAMS, 2014).

Referências Bibliográficas:

Carneiro, Maria José y Da-Silva-Rosa, Teresa, 2011, *The use of scientific knowledge in the decision making process of environmental public policies in Brazil*. Journal of Science Communication, 10 (1).

Carneiro, Maria José y Danton, Thais, 2011. *Agriculture and biodiversity in the Brazilian social sciences: a possible state-of-the-art scenario*. Innovation: The European Journal of Social Science Research, 24:3, 225-246.

- Ezhari, Yaron, 2004 *Science and the political imagination in contemporary democracies*. En: JASANOFF, Sheila (edit). *States of Knowledge. The co-production of science and social order*. London, New York, Routledge,
- Fleck, Ludwik, 1986, *La génesis y el desarrollo de um hecho científico: introducción a la teoria del estilo de pensamento y del coletivo de pensamento*. Madrid, Alianza Editorial.
- Foucault, Michel, 1996, *A ordem do discurso*. São Paulo, Ed Loyola.
- Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, v.5, pp. 07-41, 1995.
- Hoope, Robert. Rethinking the science-policy nexus: from knowledge utilization and science technology studies to types of boundary arrangements. *Poiesis Prax*, v.3, pp. 199-2015, 2005.
- Jasanoff, Sheila (coord.), 2004, *States of Knowledge. The co-production of science and social order*. London, New York, Routledge.
- Kuhn, Thomas, 1998, *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Latour, B. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000
- Latour, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: Edusc, 2004.
- Latour, Bruno, 2005, *Reassembling the Social: an Introduction to Actor-Network-Theory* Oxford, Clarendon.
- Laurent, Catherine, Et al, 2009, *Knowledge production, Multifunctionality os agriculture and public decisions: critical issues of contemporary controversies*. European Association of Agricultural Economists>113th Seminar, Belgrade, Serbia, December 9-11, 2009.
- Law, John, 1994, *Organizing Modernity*. Oxford, Blackwell.
- Law, John y Williams, Karel, 2014, *A State of Unlearning? Government as experiment*. Available for download at: <http://www.cresc.ac.uk/publications/a-state-of-unlearning-government-as-experiment>. Access in 12/12/2015.
- Pignarre, Philippe y Stengers, Isabelle, 2005, *Capitalist Sorcery. Breaking the Spell*. New York, Pallgrave Macmillan.
- Pullin, Andrew , Knight, T.M., Stone, D.A., Charman, K, 2005, *Do conservation managers use scientific evidence to support their decision-making?* *Biological Conservation* 119 (2004) 245–252
- HOOPE, Robert. Rethinking the science-policy nexus: from knowledge utilization and science tecnologia studies to types of boundary arrangement . *Poiesis Prax*, 3: 199-215, 2005.
- Stengers, Isabelle, 1996, *A invenção da ciências modernas*. São Paulo, Ed. 34.
- Stengers, Isabelle. “Deleuze and Guattari’s Last Enigmatic Message”. *Angelaki. Journal of the Theoretical Humanities* 10 (2): 151-167, 2005.
- Sutherland, William J ; Pullin, Andrew S. ; Doman, Paul M. ; Knight, Teri M. 2004 *The need for evidence-based Conservation*. *TRENDS in Ecology and Evolution* Vol.19 No.6 June 2004.